

SINDICALISMO RURAL: PARA COMPREENDER AS ORIGENS INSTITUCIONAIS

Guilherme CARVALHO¹

STEIN, L. M. **Trabalhismo, círculos operários e política**: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

RESUMO: O livro concentra-se na questão agrária brasileira no período conhecido como **interregno democrático**, mais especificamente sobre como surgiram os sindicatos de trabalhadores rurais. Trata-se de um estudo que demonstra o aprofundamento de uma política trabalhista, calcada na fundação destas organizações com forte apoio do Estado. A estratégia garantiu uma forma de representação local, regional e nacional, por meio das federações e da confederação fundada (Contag), e foi importante para a expansão de direitos trabalhistas para o campo, contribuindo para mudar as relações no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo rural. Trabalhismo. Representação.

A questão social agrária no Brasil sempre foi um tema secundarizado pelas instituições. Os estudos sobre as relações desenvolvidas no campo só ganhariam notoriedade com a organização de movimentos como as ligas camponesas, inicialmente, a partir dos anos 1930, e o dos trabalhadores sem-terra, a partir dos anos 1980. Só, portanto, quando os conflitos tornaram-se evidentes, tendo em vista os problemas resultantes de uma política excludente para o trabalhador rural e em favor da produção agrícola em grande escala e para exportação.

Por outro lado, o sindicalismo urbano brasileiro obteve atenção de pesquisadores desde os seus primórdios, assumindo de forma isolada o aspecto novo das relações de trabalho por um olhar generalizante que ignorava as transformações pelas quais passava a organização de trabalhadores rurais. E, mesmo depois, muitos estudos trataram de aprofundar o debate a respeito do sindicalismo urbano, desenvolvendo estudos históricos que ajudaram a responder uma série de questões que contribuíram para explicar o tipo de sindicalismo que se pratica no Brasil, ou seja, aquele marcado pelo corporativismo e pela sua estatização (RODRIGUES, 1999).

¹ Bolsista Capes. Doutorando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - guilhermegdecarvalho@hotmail.com

O livro de Leila de Menezes Stein pode ser entendido como o preenchimento de uma lacuna sociológica, justamente por trazer à tona um outro olhar sobre o sindicalismo e sobre a política brasileira. Seu estudo exige dos pesquisadores uma nova percepção a respeito dos sindicatos para além daquele organizado para os padrões industriais e conforme as relações sociais desenvolvidas em grandes centros urbanos. Esta não é uma questão menos importante. No período em que a análise se dispôs a abranger, a maioria da população brasileira concentrava-se no campo. Em 1950 a população brasileira era de 51.944.397 habitantes, dos quais 68,83% estavam no meio rural e 36,16% no meio urbano (GIRARDI, 2011). É possível afirmar, portanto, que a questão social estava muito mais presente no meio rural do que se convencionou pela sociologia europeia como um fenômeno urbano.

O outro elemento que se apresenta como uma novidade para a pesquisa elaborada refere-se ao significado do governo de João Goulart e sua política rural, naquele que ficou conhecido como o período do **interregno democrático**. Os anos que antecederam o golpe militar, em 1964, devem ser percebidos como um momento de exceção na recente história republicana do país. Por este motivo, Stein (2008) trata de cunhar uma diferença entre o que foi o governo de Getúlio Vargas e de outros políticos do PTB compreendidos como populistas, do que representou o governo de Goulart, não obstante o fato de que era membro do mesmo partido. Os acontecimentos que passaram a incluir a questão rural na ordem do dia das políticas de governo estavam relacionados a uma estratégia desenvolvida pelo trabalhismo (entendido como uma prática política de desenvolvimento baseado na institucionalidade das relações de trabalho) no meio urbano e que agora deveria ser difundida para o meio agrário. Trata-se de:

Movimentos de tendências políticas que, caudatários da herança getulista, de algum modo empenharam-se na afirmação institucional de canais de negociação para os conflitos de trabalho agrícola [...] decorrentes da marginalização social e política dos pequenos produtores agrícolas de então. (STEIN, 2008, p.45).

Stein (2008) recusa o termo **populismo** para classificar o governo de João Goulart com base em uma política que primeiro reconheceu o sindicalismo como uma força de potencial autônomo, conforme se constata no tratamento dado pelo governo em episódios como o da fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e, posteriormente, no seu reconhecimento como interlocutor em debates de interesse nacional que estavam relacionados ao trabalho. Por isso, contrariando teses como as de Weffort (1978) e Boito Júnior (1991), a pesquisadora opta

pelo termo **trabalhismo**, como uma prática política que se baseava na legitimação do sindicalismo e de direitos sociais para a marginalizada população rural. O revigoramento de uma política trabalhista, diferente dos chefes de Estado que antecederam Goulart, era considerada uma estratégia de aprofundamento do sistema de representação democrática.

A estratégia ficaria evidente no momento de conflitos sociais, quando o trabalhismo assume um papel decisivo. Tomando como referência os trabalhos de Nazareth Wanderley e Teresa Sales, Stein (2008) descreve o meio rural das décadas de 1950 e 1960 no Brasil como aquele dominado pelos interesses burgueses de propriedade da terra e por uma política de governo que lhes dava sustentação. Em alternativa ao aumento dos conflitos capitaneados pelas Ligas Camponesas, o governo apostava no sindicalismo como a possibilidade de redução da exclusão social dos trabalhadores rurais, inserindo-os na vida política, garantindo, por outro lado, o desenvolvimento econômico no campo de maneira sustentável socialmente e eliminando a ocorrência de revoltas ou o início de qualquer processo revolucionário. As pressões sociais “[...] levariam o Estado brasileiro a reconhecer o direito à representação sindical e aos direitos sociais, forjando legitimidades e formulando mecanismos políticos e institucionais que, de algum modo, incluiriam os trabalhadores rurais no jogo político do poder.” (STEIN, 2008, p.22).

O início dos anos 1960 seria marcado pelo aprofundamento de uma política de apoio à fundação de sindicatos de trabalhadores rurais que até então se apresentava de forma tímida. Entre os órgãos importantes do período listam-se a Comissão Nacional de Sindicalização Rural, a Superintendência Política de Reforma Agrária (Supra) e o papel que o próprio Ministério da Agricultura passou a ter neste processo, sobrepondo-se nas questões do trabalho rural até mesmo sobre as atribuições originariamente do Ministério do Trabalho. Mas não teria eficácia a aprovação de leis como o Estatuto da Terra ou o Estatuto do Trabalhador Rural, não fosse o reconhecimento das reivindicações dos camponeses ou mesmo a nomeação de ministros ou secretários do governo federal dispostos a desenvolver uma política sintonizada com a extensão de uma legislação só existente para o trabalhador urbano, como a previdência social, as férias, o 13º salário, entre outros direitos.

Trabalhismo, círculos operários e política é resultado de uma tese de doutorado que ajuda a explicar as origens de um sindicalismo marcado pela influência católica. O circulismo ganhou notoriedade com o apoio dado pelo governo ao Movimento de Educação de Base (MEB),

coordenado pela CNBB, em projetos como das rádio-escolas. O projeto trabalhista visava a criação de sindicatos desvinculados da orientação do PCB. A igreja, impulsionada pela *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII que preconizava a evangelização de sindicatos, abria caminho para uma parceria que se combinava pelo princípio de paz social, intervenção do Estado, sem tocar no princípio da propriedade privada.

A relação do governo com o sindicalismo é marcada também pela crise institucional do trabalhismo. Ao mesmo tempo em que se afrouxavam as amarras legais do Estado sobre o sindicalismo, havia uma tendência em ampliar a capacidade de influência do PTB sobre os sindicatos, federações e confederações que buscava superar a crescente influência comunista, sob liderança do PCB, e dos antigos dirigentes sindicais já acomodados à estrutura:

Entre as correntes sindicais, destacavam-se três: os sindicalistas das alianças PTB-PSD, os sindicalistas do Movimento de Renovação Sindical (MRS) e os ‘ministerialistas’. Entre esses últimos estavam os ‘pelegos’ históricos, como os dirigentes das grandes confederações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os renovadores sindicais formavam um grupo que reunia cerca de uma centena de sindicalistas [...] (STEIN, 2008, p.68-69).

Ainda que tenham sido fundados vários sindicatos de trabalhadores rurais em diferentes estados brasileiros, a um ritmo jamais visto na histórica brasileira, isto é, em um período muito curto de tempo, e apesar das reformas de base anunciadas pelo governo que avançavam nas políticas de reforma agrária, a estratégia não teria surtido o resultado esperado pelo trabalhismo, demonstrando também o fôlego do PCB e do MRS no meio sindical. Em parte, porque “[...] enquanto o trabalhismo buscava construir uma legitimidade para sua proposta de modernização do campo, via debate parlamentar e pressões sociais difusas, enfrentaria disputas com outras forças políticas que se organizaram junto às ‘bases populares’ urbanas.” (STEIN, 2008, p.88).

Com ou sem cumprir seu intento, o jogo governamental em favor do sindicalismo demonstrava a importância dos sindicatos como aparelho eleitoral e como instrumento para conquista de apoio popular ao governo. Tomava como referência os acontecimentos do governo de Getúlio Vargas, que conquistou amplo apoio popular no seu retorno ao poder. Percebia-se finalmente que os avanços sociais só seriam possíveis mediante uma expressiva demanda popular que deveria tornar-se efetiva e que só seria perceptiva e organizada por meio de instrumentos representativos como os sindicatos. Isto porque qualquer benefício trabalhista que resultasse em

prejuízos para a burguesia rural ou urbana eram violentamente rejeitados. A principal evidência dessa relação está no significado do próprio golpe militar ou no título pejorativo que o governo de Jango ganhou de **república sindicalista** e que serviria como argumento para justificar a **ameaça comunista**. Curiosamente o termo seria retomado recentemente, com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva por setores da imprensa e por intelectuais como José Pastore, tendo em vista a nomeação de dirigentes sindicais para cargos públicos.

O trabalhismo janguista trazia o sindicalismo² para dentro dos mecanismos de gestão da política trabalhista. “[...] a aproximação de sindicalistas e governo teve peso significativo na afirmação da sindicalização de trabalhadores agrícolas, uma vez que esse pleito, sucessivamente reivindicado pelos sindicalistas, integraria os termos dos acordos que seriam celebrados então.” (STEIN, 2008, p.123). Se em alguns países europeus ou mesmo nos Estados Unidos o peso dos sindicatos sobre os governos já vinha se desenvolvendo há algum tempo, o fato representava uma novidade na política brasileira, mas que seguia um caminho diferente. Se nestes outros países a capacidade de intervenção política dos sindicatos deu-se pelo movimento de base, ou seja, de baixo para cima, no Brasil foi o contrário, justificando o título de **sindicalismo de Estado**. Esta afirmação não exclui o fato de que as políticas de governo estruturaram a representação das classes dominadas no campo, sobrevivendo, até mesmo, ao governo militar nos anos seguintes.

REFERÊNCIAS

GIRARDI, E. P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm>. Acesso em: 19 jun. 2011.

BOITO JÚNIOR, A. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.

STEIN, L. M. **Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

² Por sindicalismo entendemos os sindicatos, federações, confederação, centrais sindicais e as lideranças destas organizações.